



idp

Brasília/DF
Outubro/2021

CADERNO DE RESUMOS

ANAIS DO 4º SEMINÁRIO DE PESQUISAS DISCENTES
DO MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO IDP

0

N

R

E

D

A

C

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471c Seminário de pesquisas discentes do mestrado em Administração Pública do IDP (4 : 2021 : Brasília, DF).

Caderno de resumos : Anais [recurso eletrônico] / 4º Seminário de pesquisas discentes do mestrado em Administração Pública do IDP; organizador por Caio Cordeiro de Resende... [et al]. — Brasília-DF: Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa-IDP, 2021.

Disponível em:

<https://portalgt.idp.edu.br/seminariosadministracaopublica/issue/archive>

1. Administração Pública — seminário. 2. Administração Pública — pesquisa. I. Título. II. Resende, Caio Cordeiro (org.)

CDD 350

Elaborada por Natália Bianca Mascarenhas Puricelli – CRB 1/3439

Anais do 4º Seminário de Pesquisas Discentes do Mestrado em Administração Pública do IDP
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP
Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública
15 e 16 de outubro de 2021

CADERNO DE RESUMOS

ANAIS DO 4º SEMINÁRIO DE PESQUISAS DISCENTES DO MESTRADO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO IDP

Brasília/DF

Outubro/2021



CADERNO DE RESUMOS

Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP

Prof. Dr. Francisco Schertel Ferreira Mendes

Escola de Gestão, Economia e Negócios do IDP – EGEN

Prof. Dr. Francisco Schertel Ferreira Mendes

Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública do IDP

Prof. Dr. Caio Cordeiro de Resende



COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Dr. Caio Cordeiro de Resende

Prof. Dr. Paulo Alexandre Batista de Castro

Prof. Dr. Alessandro de Oliveira Gouveia Freire

Prof. Dr. Mathias Schneid Tessmann

Prof. Dr. Milton de Souza Mendonça Sobrinho

Renan Silveira Holtermann

Matheus Gonçalves da Silva e Souza

Gabriela Gadeia Brito Jardim

COMITÊ CIENTÍFICO E PARECERISTAS

Profa. Dra. Luciana Silva Garcia

Prof. Dr. Márcio de Oliveira Júnior

Prof. Dr. Paulo Alexandre Batista de Castro

Prof. Dr. Pedro Lucas de Moura Palotti

ELABORAÇÃO DO CADERNO DE RESUMOS

Editoração:

Prof. Dr. Alessandro de Oliveira Gouveia Freire

Prof. Dr. Mathias Schneid Tessmann

Prof. Dr. Milton de Souza Mendonça Sobrinho

Revisão:

Renan Silveira Holtermann

Matheus Gonçalves da Silva e Souza

Marketing:

Antonio Zaninetti

Design e Diagramação:

Norberto Junior

Realização e Publicação:

Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública do IDP

APRESENTAÇÃO

O Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública do IDP implementou o “Seminário de Pesquisas Discentes” com objetivo de criar um espaço especificamente voltado para a apresentação e discussão dos projetos de pesquisa dos(as) alunos(as) do PPG. O evento ocorre semestralmente e reúne os discentes que se encontram em etapa de construção do projeto de pesquisa, em geral ainda cursando a disciplina “Metodologias de Pesquisa Científica”.

Essencialmente, o evento oportuniza aos discentes a possibilidade de aprimorar seus projetos por meio de feedbacks que recebem tanto dos professores quanto de outros colegas. O foco maior é dado aos aspectos metodológicos das pesquisas, mas retornos sobre problema e problematização das temáticas de pesquisa, assim como sugestões, críticas e ajustes no referencial teórico também são possíveis de se obter.

O evento vem se consolidando como um importante fórum de discussão de pesquisas discentes e tem sido fundamental para os passos seguintes que os(as) alunos(as) têm na jornada do mestrado, que é o exame de qualificação.

O evento estrutura-se em torno de um único Grupo de Trabalho, o “GT – Métodos e Técnicas para Pesquisas em Administração Pública”, que recebe os trabalhos dos discentes. Após cada edição do Seminário de Pesquisas Discentes, o Mestrado em Administração Pública do IDP publica os anais da respectiva edição do evento, no formato de um Caderno de Resumos.

O evento é aberto à comunidade acadêmica e busca reforçar o importante elo entre ensino e pesquisa, tão relevante para o processo de produção, acumulação e publicização do conhecimento acadêmico-científico.

A seguir apresentam-se os resumos dos trabalhos da quarta edição do Seminário de Pesquisas Discentes do Mestrado em Administração Pública do IDP, realizada em outubro de 2021.

Boa leitura!

SUMÁRIO

A GESTÃO PROCESSUAL DAS AQUISIÇÕES NAS UNIDADES GESTORAS EXECUTORAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO <i>Anderson Luis Raldi Morrudo</i>	9
TRIBUNAL DE CONTAS E O CONTROLE DO EXCESSO DE GASTOS COM PESSOAL NOS MUNICÍPIOS – ANÁLISE DO TCE/PR <i>André Luiz Sberze</i>	10
AVALIAÇÃO EX POST DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PREÇO DO ÓLEO DIESEL <i>Andréia Lins Ribas</i>	11
ANÁLISE DOS PREGÕES ELETRÔNICOS REALIZADOS NO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR <i>Angélica Carmo Araújo</i>	12
UMA ANÁLISE DO ORGANOGRAMA DO EXÉRCITO BRASILEIRO: ESTUDO DE CASO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO EXÉRCITO BRASILEIRO <i>Anthony Vieira Leal</i>	13
A REGULAÇÃO RESPONSIVA NAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL BRASILEIRA: COOPERAÇÃO ENTRE REGULADOR E REGULADO <i>Antonio José e Silva</i>	14
ENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS: UM ESTUDO SOBRE A ADOÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DESSE MODELO DE NEGÓCIO <i>Bruna Marques Borges</i>	15
ANÁLISE DE ADOÇÃO DE SISTEMA ESTRUTURADOR PARA GESTÃO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS NO GOVERNO FEDERAL <i>Carlos Alberto Coury</i>	16
ENSAIO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO DA POLÍTICA PÚBLICA EMPREGA DF <i>Conceição Amaral Silva Mões</i>	17
UM ESTUDO COMPARATIVO DA GOVERNANÇA PÚBLICA: A CORRELAÇÃO ENTRE O CUMPRIMENTO DOS RESULTADOS DO PLANO PLURIANUAL E A ADERÊNCIA AOS PARÂMETROS INSTITUÍDOS PELO DECRETO N° 9.203/2017 <i>Cristiano Paulo Soares Pinto</i>	18
PROGRAMA HABITACIONAL MINHA CASA MINHA VIDA, SUAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES, E O NOVO CASA VERDE E AMARELA <i>Douglas Eduardo Marega Rocha</i>	19
O IMPACTO DAS DESPESAS COM PESSOAL, À LUZ DA LRF, NOS MUNICÍPIOS MINERADORES DE MINAS GERAIS <i>Eduardo Caetano Castro</i>	

OS IMPACTOS DA POLÍTICA DE LENIÊNCIA ANTITRUSTE NO COMBATE A CARTÉIS ENTRE 2007 A 2021 <i>Fernando Henrique Lima Martins-Chixaro</i>	21
PLANEJAMENTO EM ENGENHARIA DAS OBRAS, PARALELO ENTRE A INICIATIVA PÚBLICA E PRIVADA DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE/RS <i>Guilherme Alberto Santini Prado</i>	22
PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DOS JUIZADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ <i>Gustavo Judhar Ferreira Ribeiro</i>	23
EFEITOS DA IMPOSITIVIDADE DAS EMENDAS PARLAMENTARES NO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO <i>Irajá Silvestre Filho</i>	24
A POLÍTICA PÚBLICA AMAPÁ JOVEM: ANÁLISE PELA PERSPECTIVA DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA EM MACAPÁ-AP <i>Jorge da Silva Pires</i>	25
A IMPORTÂNCIA DA DEFINIÇÃO DO OBJETO E DO USO DA DILIGÊNCIA NA AQUISIÇÃO DE AUTOPEÇAS DO COMANDO LOGÍSTICO <i>Kefren Silva Senra</i>	26
ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE): UM OLHAR SOBRE AS REINCIDÊNCIAS INFRACIONAIS DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI <i>Lucas Barros Baptista de Toledo Ribeiro</i>	27
PERCEPÇÃO DE GESTORES, PROFISSIONAIS E USUÁRIOS SOBRE OS RESULTADOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO LEAN NAS EMERGÊNCIAS: A EXPERIÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL NO QUINTO CICLO DO PROJETO <i>Luciana Mara da Silva Caixeta Mendes</i>	28
A ATUAÇÃO DOS GRUPOS DE INTERESSES NA COMISSÃO ESPECIAL DO PL 8045/2010 ENTRE 2016 A 2021 <i>Luís Eduardo Lopes Serpa Colavolpe</i>	29
GESTÃO DE CONTRATOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: ESTUDO DE CASO NO CENTRO INTEGRADO DE TELEMÁTICA DO EXÉRCITO <i>Marcelo Caxias de Souza</i>	30
ANÁLISE DA CAPACIDADE DO PROJETO “EMPRESA PRÓ-ÉTICA” EM AVALIAR A EFETIVIDADE DE PROGRAMAS DE INTEGRIDADE NO COMBATE À CORRUPÇÃO <i>Marcelo Henrique dos Santos Soares</i>	31
QUANDO EU SAIR: UMA ANÁLISE DOS JOVENS EGRESSOS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PELA MAIORIDADE E O PAPEL DO ESTADO <i>Maria Eduarda Dinardi Mardegan</i>	32

O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA COMO ORIENTADOR DA CENTRALIZAÇÃO DE COMPRAS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA <i>Mariana Pucci Miró</i>	33
LINDB: AS REVERBERAÇÕES E OS IMPACTOS NO ALCANCE DAS METAS INSTITUCIONAIS EM UMA UNIVERSIDADE ESTADUAL <i>Marília Valporto Fernandes</i>	34
A INCOMPETÊNCIA PUNITIVA DA UNIÃO NO ÂMBITO DOS RPPS <i>Ney Ferraz Júnior</i>	35
O LABORATÓRIO MÓVEL DE ANÁLISES DE SOLO E AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS PARA TOMADA DE DECISÕES EM AUDITORIAS REALIZADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS <i>Platiny Soares Lopes</i>	36
CAPACIDADE DE INOVAÇÃO: AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE UM TREINAMENTO E SUA INTER-RELAÇÃO COM A ORGANICIDADE DA ESTRUTURA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA <i>Raquel Wanderley da Cunha Chaussê</i>	37
O COMITÊ DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS E OS CONTRATOS PÚBLICOS, UMA PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO <i>Ricardo Carvalho Lubarino dos Santos</i>	38
FEDERALISMO BRASILEIRO E A DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE OS ENTES FEDERADOS - IMPACTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FRENTE AO JULGAMENTO DA ADI 6.341 E O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO COVID-19 <i>Rodrigo Cardoso de Paiva</i>	39
INOVAÇÃO EM GESTÃO DE PROCESSOS: AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO SISTEMA DE LICENÇA ESPECIAL (SisLE), SOB A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS <i>Wallace Moraes</i>	40

A GESTÃO PROCESSUAL DAS AQUISIÇÕES NAS UNIDADES GESTORAS EXECUTORAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Anderson Luis Raldi Morrudo¹

Resumo: As compras públicas no Exército Brasileiro possuem uma conotação estratégica atualmente. Os bens e serviços a serem adquiridos são fundamentais para o cumprimento das missões inerentes a Força Terrestre e ao atendimento dos anseios da Sociedade. Nesse sentido, essas aquisições devem ocorrer de forma legal, com oportunidade, economicidade e com eficiência, atendendo as metas e prazos estabelecidos, com o menor número de falhas. Uma relevante parte dos processos de aquisição no Exército apresenta retardo no seu andamento processual, o que influencia diretamente as aquisições e as missões a serem cumpridas. Com base nos principais processos de compras empregados pelo Exército, importa identificar os fatores que retardam as compras públicas. A falta de celeridade processual produz efeitos diretos na eficiência, na economia e na oportunidade dos bens ou serviços a serem adquiridos. Esta pesquisa tem a intenção de levantar quais fatores provocam o retardo processual das aquisições.

¹ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Pós-graduado em Bases Geo-Históricas para Formulação Estratégica pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), Pós-graduado em Licitações e Compras Sustentáveis, Pós-graduado em Gestão da Qualidade e Produtividade Logística, Pós-graduado em Gestão de Logística e Operações pelo Instituto Brasileiro de Formação, Treinamento e Capacitação Continuada (UniBF).

TRIBUNAL DE CONTAS E O CONTROLE DO EXCESSO DE GASTOS COM PESSOAL NOS MUNICÍPIOS – ANÁLISE DO TCE/PR

André Luiz Sberze²

Resumo: A responsabilidade na gestão fiscal determinada pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – LC no. 101/00) impôs diversos limites de gastos aos Poderes, com destaque especial ao limites de gastos com pessoal. Essa mesma lei atribuiu aos Tribunais de Contas a fiscalização do cumprimento de suas normas, através de mecanismos como o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), o Alerta e a Prestação de Contas Anual (PCA), cada qual referindo-se a um período do exercício financeiro, permitindo a fiscalização a posteriori do gasto público. Porém, a sociedade brasileira tem exigido uma resposta cada vez mais célere dos Tribunais de Contas às matérias sob sua fiscalização. Essa mesma sociedade exige serviços públicos eficientes e rápidos, não tolerando o desperdício de dinheiro público para o custeio dessas atividades públicas, incluído o gasto excessivo com salários e remunerações de servidores públicos, reforçado pelo contexto de crise econômica vivido pelo Brasil nos últimos anos. O objetivo do presente trabalho é verificar se o controle das vedações previstas no parágrafo único do artigo 22 da LRF tem sido efetiva, a partir da análise do controle exercido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) nos Municípios sob sua jurisdição. A hipótese é abordar o RGF e o Alerta como instrumentos ineficazes para o controle concomitante dos gastos com pessoal e para a fiscalização das restrições impostas aos Municípios descumpridores dos limites fixados pela LRF, indicando ao final sugestão técnica para a atuação controladora. Será utilizada a análise documental, através da análise dos RGF encaminhados pelos Municípios paranaenses com mais de 50 mil habitantes ao TCE/PR, compreendendo os exercícios de 2017 a 2020, bem como o estudo de casos pertinentes com o objeto da pesquisa.

² Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é assessor na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP).

AVALIAÇÃO *EX POST* DO PROGRAMA DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA AO PREÇO DO ÓLEO DIESEL

Andréia Lins Ribas³

Resumo: O objetivo geral desta pesquisa avaliar se o Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel atende ao objetivo de equalizar o preço do diesel nacional em relação ao preço internacional, possibilitando o aumento da competitividade do pescado brasileiro no mercado externo e o consequente aumento da rentabilidade daqueles trabalhadores envolvidos na atividade pesqueira. Para isso, será realizada uma pesquisa quantitativa, cujos meios de investigação serão a revisão bibliográfica e uma survey na intenção de compreender o contexto estudado. Será aplicado o método experimental, que é baseado na aleatorização da participação na política. É considerado o método de referência, pois é capaz de gerar um grupo de controle com características observáveis e não observáveis (ou de difícil mensuração) muito similares às do grupo de tratamento, o que permite tratar as diferenças nos indicadores de resultado após a intervenção como o seu efeito causal.

³ Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, trabalha na Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

ANÁLISE DOS PREGÕES ELETRÔNICOS REALIZADOS NO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Angélica Carmo Araújo⁴

Resumo: O problema de pesquisa que se deseja abordar no presente projeto é: em que medida os pregões eletrônicos realizados no Superior Tribunal Militar trazem economia, comparados os valores estimados com os valores adjudicados? O presente estudo pretende avaliar a eficiência dos pregões eletrônicos no Superior Tribunal Militar com foco na economia, comparando o valor estimado com o valor adjudicado. Neste caso, foram separadas para análise algumas variáveis, como a quantidade de licitantes, a quantidade dos itens, o número de lances, o fato de ser pregão tradicional ou para registro de preços. A variável dependente nesta pesquisa é o valor final alcançado no certame dos pregões eletrônicos e as variáveis independentes definidas com base em fatores determinantes que podem influenciar no preço. A metodologia de pesquisa que será adotada é a descritiva quantitativa. As pesquisas descritivas são aquelas que visam descobrir a existência de associações de variáveis. A pesquisa quantitativa visa coletar dados concretos, que são estruturados, formando a base para chegar a conclusões gerais da pesquisa.

⁴ Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, atua como Analista Judiciário no Superior Tribunal Militar (STM).

UMA ANÁLISE DO ORGANOGRAMA DO EXÉRCITO BRASILEIRO: ESTUDO DE CASO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Anthony Vieira Leal⁵

Resumo: Uma das funções administrativas que vem ganhando relevância, na atualidade, é a função controlar. Para que o controle possa executar suas atividades com legitimidade, legalidade e eficiência, é imprescindível que o Sistema de Controle Interno, o qual concatena as atividades de fiscalização, esteja alinhado com o que apregoa a doutrina e os normativos que regem o assunto. Assim, pergunta-se: a estrutura organizacional do Exército Brasileiro causa prejuízo para o Sistema Controle Interno da Força (SisCIEx)? Perante a essa indagação, este estudo tem como objetivo analisar se o organograma do Exército Brasileiro – EB – está em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa e normas de auditoria interna. Para alcançar esse objetivo, será feita uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, utilizando-se de um estudo de caso, a fim de verificar se há a necessidade de alteração na estrutura organizacional do EB. Será feita uma pesquisa documental e bibliográfica, somada a uma entrevista em profundidade com militares da alta administração que ocupam cargos na área de controle e na área de gestão, tanto no âmbito do EB, quanto na Força Aérea Brasileira – FAB –, para colher suas percepções acerca do SisCIEx. Além disso, será feita a análise dos dados e a triangulação dessas fontes, a fim de ratificar ou retificar a hipótese de pesquisa, de que a estrutura organizacional do EB, em vigor, prejudica a eficiência do SisCIEx.

⁵ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Capitão do Exército Brasileiro.

A REGULAÇÃO RESPONSIVA NAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL BRASILEIRA: COOPERAÇÃO ENTRE REGULADOR E REGULADO

Antonio José e Silva⁶

Resumo: O processo regulatório nas Agências Reguladoras de Transportes tem mostrado grande evolução apesar das pressões externas e das dificuldades inerentes aos sistemas burocráticos. Este estudo busca, primeiramente, contextualizar a regulação em relação aos avanços da administração pública moderna, assim como apontar o surgimento da necessidade da adoção da figura do Estado Regulador para minimizar falhas de mercado estruturais no ambiente capitalista, principalmente na prestação de serviços de relevante interesse público. Este trabalho visa proporcionar uma contribuição à melhoria da regulação responsiva nas atividades de fiscalização na aviação civil brasileira, tendo em vista a lentidão de implementação, especialmente em face dos problemas decorrentes da burocracia da Administração Pública. Dessa maneira, a hipótese é que o estudo aborde o conceito de eficiência na administração pública, seus diversos sistemas, métodos ou leis, ocasionando valores efetivos que necessitem ser ininterruptamente internalizados até definirem a gestão pública, originando-se da ideia de que seja possível alcançar níveis de excelências sem deixar de ser público. O modelo de regulação responsiva deve estar pautado em embasamentos próprios da natureza pública das organizações e favoráveis da gestão de excelência moderna.

⁶ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, trabalha como Comandante de Airbus 320 na Latam Airlines.

CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS: UM ESTUDO SOBRE A ADOÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DESSE MODELO DE NEGÓCIO

Bruna Marques Borges⁷

Resumo: Este estudo tem como principal objetivo encontrar respostas para a seguinte questão: Como o modelo de Centro de Serviços Compartilhados trará ganhos administrativos dentro da Organização Pan-Americana da Saúde? O objetivo geral é de compreender os processos administrativos adotados atualmente em um organismo internacional que é separado por unidades técnicas de saúde e os impactos de um sistema administrativo centralizado. A fim de atingir o objetivo da pesquisa, optou-se por fazer um estudo de caso e pesquisa exploratória. A pesquisa exploratória tem maior familiaridade com o problema por intermédio de levantamento bibliográfico e é baseada em levantamento, análise e conclusão acerca da bibliografia e estudos de casos existentes sobre o conceito, a criação e estruturação dos centros de serviços compartilhados, abordando os pontos positivos e negativos de cada objeto estudado.

⁷ Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Assistente em Finanças na Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

ANÁLISE DE ADOÇÃO DE SISTEMA ESTRUTURADOR PARA GESTÃO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS NO GOVERNO FEDERAL

Carlos Alberto Coury⁸

Resumo: O objetivo geral desta pesquisa é analisar a possibilidade de adoção de sistema estruturador de Transferências Voluntárias na Administração Direta do Governo Federal. Para analisar essa temática, o estudo entende como sistema estruturador as atividades comuns a todos os órgãos do Governo Federal que necessitam de uma coordenação central. Define Transferências Voluntárias como os recursos financeiros repassados pela União a Estados, Distrito Federal, Municípios e Entidades Privadas sem Fins Lucrativos, em decorrência da celebração de convênios, contratos de repasse, termos de parceria, termos de colaboração e termos de fomento. Esta pesquisa busca contribuir com o aprimoramento da gestão dos procedimentos dos órgãos do Governo Federal que operacionalizam, executam e aplicam os Recursos Públicos Federais por meio dos instrumentos de Transferências Voluntárias. O propósito é estimular a reflexão e a avaliação sobre a temática com a ambição de trazer para o debate a possibilidade de padronizar, sistematizar e estabelecer procedimentos. Refletindo, assim, na melhoria da gestão dos recursos públicos e na execução das políticas públicas. A metodologia utilizada será a pesquisa descritiva e exploratória para entender a contribuição sobre o papel do sistema estruturador no processo de execução, monitoramento e avaliação das Transferências Voluntárias do Governo Federal. Os dados serão extraídos da plataforma +Brasil, do Sistema de Convênios (SICONV) e do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG).

⁸ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Coordenador-Geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MTIC).

ENSAIO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO DA POLÍTICA PÚBLICA EMPREGA DF

Conceição Amaral Silva Mões⁹

Resumo: O Governo do Distrito Federal visando alterar a realidade do elevado desemprego na capital do país adotou como objetivo estratégico: reduzir o desemprego para abaixo da média nacional - Plano Estratégico 2019-2060. Neste sentido, o programa EMPREGA DF atua como política pública que colabora para esta solução visando atração de investimentos para empresas privadas que estimulam a economia local e promovem um ciclo virtuoso de geração de emprego, renda e arrecadação de impostos. Considerando modelo de gestão pública voltada para resultados, o gasto público da política realizado por meio de renúncia fiscal e a necessidade de garantir a sustentabilidade fiscal do Distrito Federal se faz necessário a confirmação dos potenciais resultados da política e assim realizar uma prestação de contas para a sociedade deste ciclo de alocação de recursos públicos. A metodologia de avaliação de impacto a partir dos experimentos ou “quase experimentos” quando aplicada segundo sua concepção metodológica, isolando os efeitos de outros eventos que podem contaminar o resultado, consegue quantificar o resultado e assim será conhecida a contribuição da atual política utilizada pelo Governo do Distrito Federal.

⁹ Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Auditora Fiscal da Secretaria de Economia do DF.

UM ESTUDO COMPARATIVO DA GOVERNANÇA PÚBLICA: A CORRELAÇÃO ENTRE O CUMPRIMENTO DOS RESULTADOS DO PLANO PLURIANUAL E A ADERÊNCIA AOS PARÂMETROS INSTITUÍDOS PELO DECRETO Nº 9.203/2017

Cristiano Paulo Soares Pinto¹⁰

Resumo: Conforme define o Decreto no 9.203/2017 governança pública é “o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.” Partindo dessa definição entende-se que os gestores dos órgãos que conseguirem implementar e colocar em prática as principais experiências postas no decreto, terão uma maior capacidade de alcance dos resultados definidos para as políticas públicas sob a responsabilidade desses órgãos. Em vista disso, esta pesquisa se propõe a identificar as boas práticas de governança pública, limitando o escopo aos órgãos da administração pública (direta, autárquica e/ou fundacional), com o objetivo de avaliar a internalização destas práticas pelos órgãos para, por fim, compará-las com os resultados alcançados nas políticas públicas.

¹⁰ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, atua como Assessor Especial na Casa Civil da Presidência da República.

PROGRAMA HABITACIONAL MINHA CASA MINHA VIDA, SUAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES, E O NOVO CASA VERDE E AMARELA

Douglas Eduardo Marega Rocha¹¹

Resumo: Sabe-se que o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) é um programa federal que veio contemplar a população de baixa renda do Brasil, uma vez que, desde que foi criado se tornou uma iniciativa relevante para o enfrentamento ao déficit habitacional da sociedade brasileira, além disso contribuiu efetivamente para alavancar a construção civil, desse modo, sugiu a seguinte pergunta dessa pesquisa: Como ao decorrer dos anos as mudanças no programa e na sua legislação, modificaram o MCMV até o então vigente Casa Verde e Amarela? O objetivo geral desse estudo será analisar o Programa Minha Casa Minha Vida, fazer um estudo sobre o impacto legislativo e social no Brasil, até chegar no Programa Casa Verde e Amarela, os objetivos específicos serão: identificar e elencar na legislação as mudanças do PMCMV e também no Programa Casa Verde e Amarela; compreender sobre o direito à moradia; associar o impacto legislativo na vida das famílias beneficiadas pelo PMCMV e pelo programa Casa Verde e Amarela; demonstrar na legislação como o programa foi perdendo sua função social; apresentar sugestões de como retomar a função social do programa. A hipótese analisada nesse estudo, é sobre as mudanças no Programa e na legislação do MCMV e o Programa Casa Verde e Amarela, traçar uma linha do tempo com todas as alterações e suas motivações, e como o programa perdeu sua função A presente pesquisa compreenderá publicações de 2012 à 2021. A coleta de dados se dará através de revisão bibliográfica, e pesquisa documental complementando a revisão, com o material já publicado.

¹¹ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é assessor no Senado Federal.

O IMPACTO DAS DESPESAS COM PESSOAL, À LUZ DA LRF, NOS MUNICÍPIOS MINERADORES DE MINAS GERAIS

Eduardo Caetano Castro¹²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar os gastos em despesas totais com pessoal (DTPs), comparar os índices de gastos com o desembolso financeiro e evidenciar a alocação dos gastos em pessoal ativo, inativo e pensionistas, entre os municípios mineradores de Minas Gerais, com arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) referente ao “Minério de Ferro”, compreendido entre o período de 2009 a 2019. Será utilizada uma metodologia empírico-analítica através de pesquisa documental e bibliográfica, além de pesquisas no Portal Transparência dos municípios, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG), Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF) e Agência Nacional de Mineração (ANM). Com o advento da Lei Complementar no 101 de 04 de maio de 2000 (LRF), o controle das contas públicas ficou mais rígido, principalmente no tocante às despesas com pessoal. Tal fato não amenizou os altos gastos com a folha de pagamento, os quais continuam a impactar consideravelmente os orçamentos municipais, principalmente em cidades mineradoras. Analisar e comparar tais despesas serão essenciais para averiguar a hipótese de que os gastos com a folha de pagamento nos municípios mineradores, embora apresentem índices de gastos proporcionais aos demais municípios com densidade populacional semelhantes, são consequência apenas de um orçamento inflado refletindo em desperdício de dinheiro público.

¹² Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é contador na Câmara Municipal de Congonhas/MG.

OS IMPACTOS DA POLÍTICA DE LENIÊNCIA ANTITRUSTE NO COMBATE A CARTÉIS ENTRE 2007 A 2021

Fernando Henrique Lima Martins-Chíxaro¹³

Resumo: Dentre os processos administrativos julgados pelo Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica para apuração de cartel, no período de 2007 a 2021, a porcentagem de pessoas físicas e jurídicas responsabilizadas varia de acordo com a existência ou não de acordo de leniência (total ou parcial) durante o processo? Depois de concluída, a pesquisa será capaz de responder se no período de 2007 a 2021, a porcentagem de pessoas físicas e jurídicas responsabilizadas em processos administrativos de apuração de cartel julgados pelo Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica que tiveram acordos de leniência (total ou parcial) será maior ou menor do que nos processos administrativos para apuração de cartel em que não houve a celebração de tal instrumento. A hipótese principal deste projeto é que: sim, no período de 2007 a 2021, a porcentagem de pessoas físicas e jurídicas responsabilizadas por cartel varia de acordo com a existência ou não de acordo de leniência (total ou parcial) durante o processo. Como hipóteses específicas espera-se encontrar que o número de pessoas físicas e jurídicas (analisadas separadamente) condenadas em processos que tiveram acordos de leniência parcial ou total em seu curso é maior do que naqueles em que não houve a utilização de tal instrumento. Para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa optou-se por realizar uma pesquisa empírica, utilizando o método hipotético-dedutivo. Os dados serão coletados a partir dos acórdãos do Cade disponibilizados nos sítios eletrônicos da autarquia e lançados em tabelas no programa Microsoft Excel para que possam ser analisados.

¹³ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, atua como Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

PLANEJAMENTO EM ENGENHARIA DAS OBRAS, PARALELO ENTRE A INICIATIVA PÚBLICA E PRIVADA DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE/RS

Guilherme Alberto Santini Prado¹⁴

Resumo: O tema das obras públicas paralisadas, há décadas é assunto de interesse da sociedade e do poder público. Ao longo dos anos, os atores sociais discutiram e trabalharam muito para tentar conter os desperdícios gerados pela paralisação das obras públicas no país. É bem sabido que o trabalho estagnado pode levar a algumas perdas difíceis de mensurar, como custos relacionados ao uso, desgaste e manutenção, danos aos serviços executados e perdas devido à privação dos benefícios fornecidos pelo empreendimento não realizado. Segundo relatório do Banco Mundial divulgado em abril de 2020, a América Latina e o Caribe apresentam os maiores níveis de desigualdade, o que exige coordenação para buscar melhores condições para os mais pobres, com foco na prestação de serviços e seguridade social, principalmente através da construção e implementação de boa gestão das finanças públicas e projetos de infraestrutura, especialmente no contexto da pós-pandemia, o que significará, caso nenhuma providência seja tomada, saídas de capital, o aumento dos custos de financiamento e queda no valor da moeda. A nova realidade da economia brasileira nos obriga a realizar um crescimento rápido e para tal é necessário resolver os principais problemas de infraestrutura do país. Neste prisma há inovações na legislação para oportunizar à Administração Pública ferramentas mais modernas no sentido de acelerar estes empreendimentos, citamos o Programa de Aceleração do Crescimento, conhecido pela sigla PAC. No entanto, o prazo apertado para o desenvolvimento do projeto fez com que as obras infelizmente tornassem um pesadelo, resultando mais de 14.000 obras paralisadas atualmente. O estado do Rio Grande do Sul, segundo se depreende do relatório do TCU, é o quarto estado com mais obras paralisadas no Brasil, ficando atrás de São Paulo, Minas Gerais e Bahia, e sua capital Porto Alegre concentra aproximadamente 55% do total do número obras paralisadas, tornando assim um relevante campo para análises.

¹⁴ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, atua como Gerente Jurídico na Magna Engenharia Ltda.

PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DOS JUIZADOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Gustavo Judhar Ferreira Ribeiro¹⁵

Resumo: Na última década o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por meio da Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania e do Departamento de Pesquisas Judiciárias analisou a situação de todos os Tribunais de Justiça do país a fim de verificar a implementação pelo Poder Judiciário das determinações emanadas da Lei no 11.340/2006 (“Lei Maria da Penha”), principalmente sobre a criação e o funcionamento dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. No âmbito do Estado do Ceará, desde a primeira análise, realizada em 2013, sugeriu-se que o Tribunal de Justiça fortalecesse o processo de interiorização e ampliação do acesso à justiça da mulher em situação de violência doméstica e familiar, por meio da criação de novas varas especializadas, prioritariamente em dois municípios, Sobral e Crateús. Passados mais de oito anos desde a realização dos primeiros estudos, na contramão das recomendações do Conselho Nacional de Justiça, não foram criados novos juizados especiais no interior do Estado do Ceará, o que pode ter prejudicado a aplicação da lei protetiva e o acesso à justiça da mulher vítima de violência doméstica e familiar residente no interior. Na contramão das recomendações do CNJ, recentemente foi criada mais uma vara especializada na capital do estado. O que levou o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará a criar outra vara na capital? Porque não foi implementado o processo de interiorização? Descobrir os motivos que levaram o tribunal a não iniciar o processo de interiorização dos juizados é essencial. Saber por qual motivo, por exemplo, a região norte do estado não dispõe ainda de um juizado especializado, que poderia atender milhares de vítimas é de suma importância para se avançar na pauta da proteção. Serão analisados dados sobre recursos humanos, financeiros e instalações físicas disponíveis das atuais instalações dos juizados existentes, indicadores criminais do período de 2020-2021 sobre situações de violência contra a mulher, a fim de descobrir por que o processo de interiorização não avançou com a criação de novos juizados.

¹⁵ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Auxiliar Parlamentar no Senado Federal.

EFEITOS DA IMPOSITIVIDADE DAS EMENDAS PARLAMENTARES NO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Irajá Silvestre Filho¹⁶

Resumo: As emendas parlamentares individuais e de bancada se constituem no principal instrumento de intervenção do Legislativo no Orçamento Federal. Essa prerrogativa foi um dos principais ganhos trazidos pela Constituição Federal de 1988 pela possibilidade de descentralizar os recursos da União de modo a atender as demandas locais de acordo com as preferências e prioridades trazidas pelos municípios. Entretanto, apesar desse avanço, o que se observou após a Constituição de 1988 é que o Executivo deteve um grande poder de discricionariedade na execução das emendas parlamentares, inclusive servindo de barganha para obter apoio em votações consideradas importantes no Congresso Nacional. Como forma de reação a esse comportamento, o Parlamento tem aprovado importantes matérias constitucionais que em tese reduzem esse poder de discricionariedade. Essas matérias tornaram impositivas a execução das emendas individuais e de bancada, além de dar maior flexibilidade na destinação dos recursos por meio de transferências especiais. O objetivo da pesquisa é de avaliar os impactos da impositividade dessas emendas, levando em consideração os resultados obtidos em termos do percentual e o tempo de execução, além de conclusão de obras, entregas de equipamentos e pagamentos de despesas de custeio, tendo como referência o estado do Tocantins.

¹⁶ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Senador da República pelo estado do Tocantins.

A POLÍTICA PÚBLICA AMAPÁ JOVEM: ANÁLISE PELA PERSPECTIVA DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA EM MACAPÁ-AP

Jorge da Silva Pires¹⁷

Resumo: Uma das ações desenvolvidas pelo governo do Amapá, desde 2017, o programa Amapá Jovem é uma política pública de transferência de renda e qualificação profissional objetivando apoiar o jovem na busca de sua empregabilidade, contribuindo assim para o desenvolvimento dos jovens amapaenses. É aplicada sem previsão de avaliação de resultados, limitando-se ao atendimento do público-alvo, jovens de 15 a 29 anos e que atendam aos critérios pré-estabelecidos. Diante desta constatação, pretende-se desenvolver uma pesquisa qualitativa e quantitativa (metodologia de abordagem mista) com o intuito de verificar se após a participação no programa, os beneficiários da cidade de Macapá tiveram a qualificação profissional e o esperado incremento na sua empregabilidade, a partir de 2018 até 2020.

¹⁷ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Sócio Diretor do Grupo Meta Educação.

A IMPORTÂNCIA DA DEFINIÇÃO DO OBJETO E DO USO DA DILIGÊNCIA NA AQUISIÇÃO DE AUTOPEÇAS DO COMANDO LOGÍSTICO

Kefren Silva Senra¹⁸

Resumo: O problema da pesquisa está voltado para dois pontos fundamentais, um na elaboração do processo compras e outro na execução, propriamente dita, do certame licitatório. Assim, surge o seguinte questionamento: Qual a importância da definição do objeto e do uso da diligência na aquisição de autopeças do Comando Logístico? A pesquisa consistirá em um estudo de caso para compreender a aquisição de autopeças no Comando Logístico (COLOG), classificando em seu objetivo como descritiva, pois propõe esclarecer como a definição do objeto e o uso de diligência apresentam tamanha importância na compra do material em questão. A análise compreenderá os processos licitatórios do COLOG no período de 2012 até 2020 com a finalidade interpretar o assunto com a análise de documentos. Pretende-se ainda realizar entrevistas semiestruturadas com os militares que exercem ou exerceram funções na área de aquisições públicas.

¹⁸ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, atua como Adjunto da Divisão de Blindados do Exército Brasileiro.

ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE): UM OLHAR SOBRE AS REINCIDÊNCIAS INFRACIONAIS DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

Lucas Barros Baptista de Toledo Ribeiro¹⁹

Resumo: O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não se limitou a declarar direitos. No campo jurídico-sancionatório, há o surgimento do sistema de responsabilização penal do adolescente autor de ato infracional, por meio do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). No âmbito desse Sistema, as medidas socioeducativas cumprem duplo papel. O primeiro consiste em responsabilizar o adolescente pelo cometimento de ato infracional. Já o segundo, diz respeito à ressocialização do adolescente com vistas a propiciar seu rompimento definitivo com a trajetória infracional. Como resposta aos problemas de segurança pública no Brasil, o senso comum tem declarado que o SINASE é excessivamente protetivo e que as medidas socioeducativas, por não consistirem em penas satisfatoriamente rígidas, são ineficazes para a cessação de trajetórias infracionais. Contudo, não há como falar em ineficácia dessas medidas sem antes analisar os índices de reincidência infracional, tema central da presente pesquisa. O objetivo geral desta pesquisa, então, é aferir, em âmbito nacional, os níveis de reincidência infracional dos adolescentes em conflito com a lei, no período entre abril de 2014 e dezembro de 2019. Especificamente, deseja-se identificar o perfil dos adolescentes que reentraram no sistema socioeducativo, bem como identificar os fatores proeminentes para a entrada e a reentrada dos adolescentes nesse sistema e, por fim, examinar se o Sistema Socioeducativo tem obtido maior êxito na interrupção da trajetória das ilegalidades, se comparado com o Sistema Prisional. Para tanto, utilizando-se da metodologia qualitativa e quantitativa, realizar-se-á pesquisas bibliográficas, principalmente livros e artigos científicos, bem como a análise de dados produzidos pelo Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL).

¹⁹ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, exerce a função de Assessor de Gabinete no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

PERCEPÇÃO DE GESTORES, PROFISSIONAIS E USUÁRIOS SOBRE OS RESULTADOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO LEAN NAS EMERGÊNCIAS: A EXPERIÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL NO QUINTO CICLO DO PROJETO

Luciana Mara da Silva Caixeta Mendes²⁰

Resumo: O pré-projeto a seguir tem o objetivo de demonstrar a percepção de gestores, profissionais e usuários de dois dos quatro hospitais do Distrito Federal que passaram pela implementação do Projeto Lean nas Emergências, uma parceria PROADI-SUS do Hospital Sírio Libanês com o Ministério da Saúde e hospitais públicos selecionados. O projeto Lean consiste em uma série de consultorias presenciais e remotas com o objetivo de implementar ferramentas de aprimoramento de serviços e melhorias de processos de trabalho que resultem na redução da superlotação de hospitais públicos por todo o Brasil. Quatro hospitais de grande porte do Distrito Federal receberam a consultoria: o Hospital Regional de Taguatinga – HRT, em 2018; o Hospital Regional da Ceilândia - HRC, em 2019; o Hospital Regional do Gama – HRG e o Hospital da Região Leste – HRL , que concluirão as consultorias presenciais no final de 2021. O presente estudo irá se aprofundar na experiência dos hospitais do Gama e da Região Leste, participantes do Distrito Federal no quinto ciclo do Lean nas Emergências. Com base nos indicadores quantitativos do Lean, o objetivo desse pré-projeto é conhecer a percepção de diferentes atores sobre os resultados das ferramentas implementadas e seu impacto na superlotação dos hospitais participantes, através da metodologia de Estudo de Caso.

²⁰ Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Diretora da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

A ATUAÇÃO DOS GRUPOS DE INTERESSES NA COMISSÃO ESPECIAL DO PL 8045/2010 ENTRE 2016 A 2021

Luís Eduardo Lopes Serpa Colavolpe²¹

Resumo: Este trabalho tem como objeto investigar de que forma os grupos de interesse atuaram na comissão especial do PL 8045/2010, no período que compreende 2016 à 2021, e se esta atuação foi determinante para as alterações que foram realizadas no texto original. Para isso, faz-se necessário identificar quais são estes grupos, a forma que se organizam e se uma maior participação nas audiências públicas realizadas pela comissão especial se relaciona com a aprovação de emendas ou substitutivos. Neste contexto, desponta como hipóteses para resposta do problema, terem, os grupos de interesse agido de forma isolada (ou em agrupamentos) e influenciado (ou sem exercer influência) em relação ao texto final. Esta análise acontecerá por meio do exame das notas taquigráficas, bem como por meio de entrevistas com atores-chave neste processo, possibilitando uma análise qualitativa da questão.

²¹ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é advogado na Colavolpe e Valverde Advogados.

GESTÃO DE CONTRATOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: ESTUDO DE CASO NO CENTRO INTEGRADO DE TELEMÁTICA DO EXÉRCITO

Marcelo Caxias de Souza²²

Resumo: O uso da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) pela Administração Pública Brasileira envolve questões que vão muito além da tecnologia, com riscos e desafios relacionados a vários aspectos: legislação, pessoas, estruturas, processos, fornecedores, capacidade de liderança e, sobretudo, conhecimento, os quais devem ser articulados para que os recursos investidos nos bens e serviços de TIC de fato respondam adequadamente às aspirações do Gestor Público e do bem comum. Neste sentido, levantamentos realizados em 2020 nos Contratos de TIC na Unidade Gestora Executora Centro Integrado de Telemática do Exército (UGE - CITEx) levam a crer que é possível que a Gestão dos Contratos de TIC, nos seus aspectos técnicos e administrativos, estejam deficientes, podendo ocasionar problemas na execução contratual e, por conseguinte, trazendo potenciais danos à União. Atualmente o CITEx realiza a sua execução financeira e de mais três Organizações Militares (OM): 7º Centro de Telemática de Área (7º CTA), Autoridade Certificadora de Defesa (AC Defesa) e Centro de Desenvolvimento de Sistemas (CDS). Supõe-se que a carência de capacitação e conhecimento, o tempo disponível à fiscalização e o acúmulo de trabalhos, a falta de afinidade com as atividades administrativas e, principalmente, a atuação das lideranças podem estar interferindo na qualidade da gestão dos contratos de TIC da UGE CITEx. Desta forma, o presente estudo terá como objetivo investigar os fatores que estão influenciando o processo de gestão e fiscalização dos contratos de TIC da UGE CITEx, compreender o perfil dos agentes envolvidos no processo e propor ações para identificar e implementar oportunidades de melhorias.

²² Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Ordenador de Despesas no Centro Integrado de Telemática do Exército (CITEx).

ANÁLISE DA CAPACIDADE DO PROJETO “EMPRESA PRÓ-ÉTICA” EM AVALIAR A EFETIVIDADE DE PROGRAMAS DE INTEGRIDADE NO COMBATE À CORRUPÇÃO

Marcelo Henrique dos Santos Soares²³

Resumo: Considerando ações adotadas pela Controladoria-Geral da União (CGU) com vistas a estimular a implantação de programas de integridade pelas pessoas jurídicas que atuam no Brasil, selecionou-se o Projeto “Empresa Pró-Ética” para fins de realização de um estudo de caso único intrínseco, com o propósito de examinar o seguinte problema: O Projeto “Empresa Pró-Ética” da CGU consegue avaliar a efetividade dos programas de integridades das pessoas jurídicas participantes? Nesse sentido, estabeleceu-se, como objetivo principal, esclarecer esse problema, para o qual foi estabelecido, como hipótese principal, a de que o ele não consegue avaliar essa efetividade. Como objetivos específicos, foram definidos: a) identificar e descrever os parâmetros definidos pelo Decreto n. 8.420, 18 de março de 2015, para a composição do programa de integridade, confrontando-os com apontamentos da literatura especializada e normas técnicas, a exemplo das ISO 19600 e 37001 e práticas internacionais; b) definir o que se entende como efetividade de um programa de integridade; c) identificar e descrever os parâmetros definidos pelos regulamentos do Projeto “Empresa Pró-Ética” da CGU; d) avaliar os relatórios de execução do Projeto “Empresa Pró-Ética” e examinar a possibilidade/capacidade do Projeto em aferir a efetividade dos programas de integridade das organizações participantes, identificando, se for o caso, razões para eventual incapacidade de fazê-lo; e) identificar e propor oportunidades de melhoria ou aprimoramento para o Projeto “Empresa Pró-Ética”, com vistas ao exame da efetividade dos programas de integridade das organizações participantes; f) avaliar, a partir dos dados disponibilizados pela CGU, a evolução de empresas participantes nas edições do Projeto “Empresa Pró-Ética”, identificando casos positivos e negativos no que se refere à implantação ou amadurecimento do programa de integridade. O estudo, de índole qualitativa e exploratório, será desenvolvido a partir de uma análise documental (leis, normas técnicas e relatórios), reveste-se da característica de estudo bibliográfico, com a adoção do método indutivo.

²³ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, atua como advogado.

QUANDO EU SAIR: UMA ANÁLISE DOS JOVENS EGRESSOS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PELA MAIORIDADE E O PAPEL DO ESTADO

Maria Eduarda Dinardi Mardegan²⁴

Resumo: O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um grande marco para a promoção dos direitos infantojuvenis. Contudo, é necessário trazer à luz as situações dos jovens que são desligados compulsoriamente dos Serviços de Acolhimento Institucional ao completarem 18 anos, sobretudo, porque atualmente existem 1.098 adolescentes entre 15 e 17 anos disponíveis para adoção em abrigos e 920 não serão adotados. Assim, o desligamento não pode ser encarado de modo trivial, ao contrário, é necessário visualizá-lo como um processo permanente de desenvolvimento da autonomia do adolescente. Todavia, a realidade se impõe de uma outra maneira, isto porque a literatura majoritária aponta consideráveis dificuldades que os desacolhidos pela maioria sofrem, sendo as mais recorrentes a falta de autonomia financeira, empregatícia, estudantil e residencial. Diante disso, de que maneira o Estado pode promover a proteção e fortalecimento dos direitos dos jovens egressos de acolhimento institucional pela maioria? Para responder o questionamento, apresenta pesquisa verificará a necessidade de criação de uma política pública amparada em ações intersetoriais que priorize ao público estudado o acesso à profissionalização, trabalho, educação e renda. Em específico, identificar-se-á, ainda, o perfil dos jovens que foram desligados do acolhimento institucional pela maioria, bem como os desafios enfrentados pelos adolescentes após o desligamento. Para tanto, utilizando-se das metodologias qualitativa e quantitativa, realizar-se-á uma análise bibliográfica com base em literaturas, artigos científicos, bem como em atos normativos e, ainda, de dados fornecidos pelo Conselho Nacional da Justiça (CNJ) relativos ao número de jovens egressos pela maioria, em âmbito nacional, no período entre janeiro de 2014 e dezembro de 2019.

²⁴ Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Assessora da Secretaria Nacional da Juventude do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA COMO ORIENTADOR DA CENTRALIZAÇÃO DE COMPRAS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Mariana Pucci Miró²⁵

Resumo: O Princípio da Eficiência como balizador da atuação administrativa deve ser observado, inclusive, nos processos e procedimentos de licitações e contratações públicas. A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei Federal n. 14.133/21, recomenda, preferencialmente, que as compras sejam realizadas de forma centralizada, conforme dispõe o inciso I do art. 19. Nesse sentido, a Prefeitura Municipal de Boa Vista (PMBV) implantou em maio de 2021 o projeto piloto da Central de Compras com quatro secretarias participantes. Porém, como mensurar o impacto da centralização nos processos de compras? A centralização de compras é eficiente? Quais as vantagens e desvantagens da centralização? O objetivo geral da pesquisa é avaliar o impacto da centralização de compras na PMBV, ao passo que os objetivos específicos são: comparar os tramites dos processos de compras antes e depois da centralização; analisar o tempo de tramitação do processo de compras desde sua abertura até a formalização do contrato administrativo; verificar quantos processos deixaram de serem abertos desde a implantação da Central de Compras na Prefeitura Municipal de Boa Vista; verificar as vantagens e desvantagens da centralização de compras; mensurar a eventual economicidade na centralização de compras; verificar se a centralização das compras é eficiente na Administração Municipal; e pesquisar a opinião dos agentes envolvidos nos procedimentos de compras. As hipóteses a serem estudadas no decorrer da pesquisa são no sentido da centralização de compras atender aos preceitos do Princípio da Eficiência, sendo a forma mais eficaz, célere e econômica de Gestão de Compras, com a diminuição de recursos humanos e financeiros quando da realização dos procedimentos necessários ao processo de compras, assim como permitirá maior qualificação dos servidores que atuam na área, haja vista a diminuição significativa de processos a serem planejados, abertos, instruídos, tramitados, analisados, licitados e/ou dispensados, adjudicados e homologados. A pesquisa será primordialmente um estudo de caso e se utilizará também dos métodos quantitativo, qualitativos, exploratório, descritivo, explicativo e documental.

²⁵ Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Assessora do Gabinete Executivo na Prefeitura Municipal de Boa Vista/RR.

LINDB: AS REVERBERAÇÕES E OS IMPACTOS NO ALCANCE DAS METAS INSTITUCIONAIS EM UMA UNIVERSIDADE ESTADUAL

Marília Valporto Fernandes²⁶

Resumo: A presente pesquisa tem por objetivo estudar sobre o orçamento público no governo do Estado do Maranhão, especificamente relacionar a previsão orçamentária e o repasse financeiro para a Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, e como o descompasso entre ambos gera um impacto negativo nas metas institucionais da IES. Após a apresentação dos conceitos básicos que envolvem a execução das despesas públicas, a pesquisa irá analisar os dados orçamentários e financeiros da UEMA no período entre 2013 a 2016, para então demonstrar a importância da LINDB (na redação dada pela Lei no 13.655/2018) na atuação do gestor público. Tendo-se o seguinte problema: como a UEMA consegue anualmente cumprir suas metas relacionadas ao tripé ensino, pesquisa e extensão, ante a ausência de previsibilidade de repasse financeiro? Ante a definição do problema, esclarece-se que, apesar de ter autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar, de gestão financeira e patrimonial, prevista na Constituição Estadual em seu artigo 272, na prática a UEMA está subordinada a uma gestão orçamentária e financeira do Poder Executivo estadual. Dessa forma, por meio de uma pesquisa descritiva, não experimental, de cunho exploratório e explicativa examinar, buscar-se-á, por coleta de dados e entrevistas estruturadas, o funcionamento da gestão orçamentária, no período antes identificado. Justifica-se esse corte temporal para poder analisar e confrontar os dados dos dois últimos anos, como os dois primeiros, tanto de um reitorado, como do Poder Executivo estadual.

²⁶ Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Coordenadora de Contratos na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

A INCOMPETÊNCIA PUNITIVA DA UNIÃO NO MBITO DOS RPPS

Ney Ferraz Júnior²⁷

Resumo: O presente estudo objetivou analisar os regimes previdenciários e investigar a constitucionalidade da União em fiscalizar e sancionar os demais entes federativos, em especial o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Para tanto, buscou-se uma análise pormenorizada da literatura e legislação pertinente, por meio duma pesquisa de caráter qualitativo, a fim de esmiuçar as diretrizes jurídicas que contemplam a Previdência Social. Evidenciou-se que o ato da União em exercer o poder de polícia e fixar sanções administrativas ao Instituto de Previdência Social do Distrito Federal (IPREV/DF), em 2016, no que tange ao gerenciamento do seu RPPS, é inconstitucional, haja vista que fere o princípio da legalidade, viola a autonomia administrativa, a competência do DF na edição de leis previdenciárias e o Pacto federativo dos entes políticos do Estado brasileiro. Dessa maneira, ainda em 2016, uma Ação Cível foi apresentada ao Supremo Tribunal Federal (STF), com o intuito de pedir a Tutela Provisória de Urgência, impedindo, a União, de impor qualquer restrição ao DF e ao IPREV/DF. Em 2017, foi deferido a favor dessa autarquia previdenciária, e constatado que a União extrapolou suas competências constitucionais ao exigir a apresentação de Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) ao ente federado do DF.

²⁷ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (IPREV-DF).

O LABORATÓRIO MÓVEL DE ANÁLISES DE SOLO E AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS PARA TOMADA DE DECISÕES EM AUDITÓRIAS REALIZADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Platiny Soares Lopes²⁸

Resumo: O presente trabalho tem por finalidade abordar as funções e finalidades do Laboratório Móvel de análises de Solo e as consequências Jurídicas para Tomada de Decisão em Auditórias realizadas pelos Tribunais de Contas. A preocupação central é demonstrar qual o papel dos Tribunais de Contas com base nas informações trazidas dos resultados do laboratório móvel de análises de solo e as consequências jurídicas as empresas contratadas para as realizações das obras públicas, demonstrando assim a importância da inovação das políticas de infraestrutura no Amazonas. A metodologia utilizada para a elaboração da presente pesquisa empírica é de abordagem qualitativa e tem como estratégia o estudo de caso.

²⁸ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Deputado Estadual no estado do Amazonas.

CAPACIDADE DE INOVAÇÃO: AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE UM TREINAMENTO E SUA INTER-RELAÇÃO COM A ORGANICIDADE DA ESTRUTURA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Raquel Wanderley da Cunha Chaussê²⁹

Resumo: O objetivo geral deste trabalho é avaliar a capacidade de inovação do Conselho Nacional de Justiça a partir do impacto de um treinamento de inovação realizado e sua inter-relação com a organicidade (o quanto a estrutura organizacional é orgânica) no conselho. Busca-se avaliar o grau de organicidade da instituição; identificar os efeitos do treinamento em inovação no desempenho individual dos egressos; buscar evidências de quais tipos e características específicas de treinamento são mais eficientes para a promoção de práticas inovadoras de gestão; e analisar a inter-relação entre a organicidade da instituição e o impacto do treinamento como fatores determinantes para a inovação. A hipótese levantada é que o impacto da inovação no trabalho está diretamente relacionado com o grau de organicidade do órgão. Assim, sugere-se que a realização de um treinamento sem o devido suporte organizacional não se mostre suficiente para a transferência do conhecimento no trabalho. Consequentemente, para que haja impacto na organização, deve-se levantar os preditores do treinamento, de acordo com o objetivo do curso, e também de acordo com os objetivos estratégicos do planejamento do órgão. Para a elaboração deste trabalho pretende-se utilizar métodos qualitativos e quantitativos, o modelo IMPACT de avaliação de impacto de Abbad (1999) e o referencial descritivo dos fatores determinantes que constituem a capacidade de inovação realizado por Valladares, Vasconcellos e Di Serio (2014).

²⁹ Mestranda em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Secretária de Gestão de Pessoas (Analista Judiciário - Área Administrativa) no Conselho Nacional de Justiça.

O COMITÊ DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS E OS CONTRATOS PÚBLICOS, UMA PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO

Ricardo Carvalho Lubarino dos Santos³⁰

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo avaliar o uso de meios alternativos de resolução de disputas nos contratos públicos, com foco nos Comitês de Resolução de Disputas. A nova Lei de Licitações (14.133/21), e as leis de Parcerias Público Privadas (11.079/04) e Concessões (Lei 8.987/95) admitem o emprego de meios privados de resolução de conflitos. Os comitês de resolução de disputas são o meio mais adequado para solução de conflitos em contratos que tratam de grandes obras de infraestrutura e de trato continuado de substancial valor econômico. O PL 206/2018 do Senado Federal e posterior redação do Projeto de Lei 2.421/2021 da Câmara dos Deputados propõem a regulamentação dos Comitês de Resolução de Disputas nos contratos firmados com a administração pública. A metodologia proposta funda-se na revisão de literatura existente nas referências bibliográficas, artigos de revistas, regulamentos de câmara de arbitragem nacionais e internacionais, dissertações, teses e periódicos e estudo de casos, promovendo constructo teórico que desagua numa posterior Avaliação de Impacto Legislativo. A presente pesquisa lança a hipótese de que a proposta de regulamentação prejudica o interesse público e pretende apresentar uma redação alternativa.

³⁰ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Sócio na Lubarino Advogados.

FEDERALISMO BRASILEIRO E A DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE OS ENTES FEDERADOS - IMPACTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FRENTE AO JULGAMENTO DA ADI 6.341 E O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO COVID-19

Rodrigo Cardoso de Paiva³¹

Resumo: O estudo terá como objetivo analisar o modelo federativo brasileiro e a distribuição de competências entre os Entes Federados no enfrentamento da Pandemia do COVID-19 e qual foi o impacto do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.341 proposta pelo Partido Democrático Brasileiro (PDT) que contestava na Suprema Corte a Constitucionalidade da Lei Federal no 13.979/2020. Para tanto, serão analisados quais os resultados práticos da delegação de competência concorrente entre os Municípios, Estados e União na determinação de medidas de combate a pandemia e os resultados práticos alcançados. Além disso, pretende-se analisar quais são os reflexos dos posicionamentos emanados do Poder Judiciário sobre ações contras as políticas públicas do Governo Federal no combate a Pandemia do Covid-19.

³¹ Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Graduado em Direito. Atualmente, atua como Empresário.

INOVAÇÃO EM GESTÃO DE PROCESSOS: AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO SISTEMA DE LICENÇA ESPECIAL (SisLE), SOB A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS

Wallace Morais³²

Resumo: o presente estudo levanta o seguinte problema de pesquisa: “Como o Sistema de Licença Especial (SisLE), utilizado no processo de conversão de licenças especiais em pecúnia no âmbito do Exército, é percebido pelos seus usuários?” Inicialmente pretende-se realizar um levantamento bibliográfico sobre o assunto, particularmente consultando artigos científicos publicados em periódicos, dissertações, teses, livros, dentre outras fontes, cujo cabedal de conhecimentos possam contribuir para fundamentar teoricamente os principais tópicos deste trabalho. Em seguida, pretende-se realizar uma caracterização do Sistema de Licença Especial (seus objetivos, sua metodologia, suas etapas e sua estrutura) de forma que se possa construir o modelo de avaliação. Por fim, através da aplicação de questionários, da utilização da Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista (Methodology Multicriteria Decision Aid – Constructivist/MCDA-C) e dos parâmetros da International Organization for Standardization (ISO) e International Electrotechnical Commission (IEC), pretende-se criar um modelo de avaliação baseado nos interesses dos decisores do processo.

³² Mestrando em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Atualmente, é Chefe de Seção no Exército Brasileiro.



idp